

**CPMI DOS FUNDOS DE PENSÃO
DESVENDA OS MEANDROS DA PRECE.**

OBRA DO INIMIGO!

**E\$QUEMA DE DE\$VIO DE RECUR\$OS\$ VENDE ALMA
DE APOSENTADOS E TRABALHADORES DA CEDAE**



QUEM CALA CONSENTE!

**ASEAC pede à CEDAE, em nota oficial,
que empresa responda denúncias
de deputados na ALERJ**

PÁGINAS 14 A 16

**“A PRECE é
um caso de
POLÍCIA”**

**DENISE FROSSARD
Deputada e ex-juíza**



PÁGINA 11

**SEM REPASSES DA MANTENEDORA E MERGULHADA NUMA TEIA DE DESVIO
DE VERBAS, PRECE PODE SE TRANSFORMAR EM UMA NOVA AERUS** **PÁGINA 10**



**Associação
dos Empregados
de Nível
Universitário
da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral,
120, Sala 1004, Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2263-6240
Telefax: 2253-7482
E-mail:
aseac@veloxmail.com.br
Home Page:
www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Flávio Guedes

Diretor Vice-Presidente

Pedro Evandro Ferreira

Diretor Administrativo

Jorge Haddad de Aquino

Diretor Financeiro

Maurício Abramant Guerbatin

Diretor de Comunicação

Maria de Fátima Guerbatin

Diretor Técnico

João Benedito Mello

Diretor Social

Marcio de Melo Rocha

Diretor Jurídico

Dylair Benigno dos Santos

Diretor Adjunto

Nelson Portugal

Conselho Diretor - 2004/2006

Repres. dos Advogados

Aloysio Gomes Feital Filho

Repres. dos Aposentados

Antonio Bastos de Oliveira

José Rômulo de Melo

Paulo C. S. Ripper Nogueira

Repres. dos Arquitetos

Tânia Mara Silva

Repres. dos Contadores

Sérgio Pereira

Repres. dos Economistas

João A. Vasco Rodrigues

Repres. dos Engenheiros

Adriano Gama Alves

Armando Costa Vieira Jr.

Carlos Henrique Pereira

José Roberto da C. Dantas

Mara R. K. K. S. Aló

Sérgio Vieira F. Martins

Repres. dos Geólogos

Paulo Roberto da Cruz

Repres. dos Químicos

Augusto César F. Gesteira

Conselheiros Natos

Antônio Ignácio da Silveira

Walnry B. de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do R. Pinto

Renato Lima do E. Santo

Carlos Henrique Menezes

Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

Paulino Cabral da Silva

Conselho Fiscal

Jaime Dutra Noronha

Ricardo Afonso das N. Leitão

Sueli Kolling

Myriam Allemand D. Diniz

Rita de Cássia R. dos Santos

Jorge Rodrigues Leitão

Editado por

Planeja e Informa Produções Ltda.

(21) 2223-1197

2233-9883

planin@planinrio.com.br

FLÁVIO GUEDES

Presidente da ASEAC

Sistema Imunana/Laranjal

**Uma refinaria
NO CAMINHO**

Um viajante ao chegar a uma cidade, passava por uma alameda, quando, sem mais nem menos, surge um sujeito irado e "ROMPE DE PORRADA" para cima do indefeso e perplexo recém-chegado.

Durante alguns intermináveis minutos, eles rolam pelo chão de paralelepípedos, quando chega a polícia e leva ambos para a delegacia, onde são devidamente autuados. Os dois, frente à frente, rasgados, ralados, machucados e cansados de tanta "porrada", travam o seguinte dialogo:

– Pô! Eu não te conheço, nunca te vi, não te fiz nada, sou viajante e recém chegado. Por que você me bateu? – indaga o viajante perplexo.

– Você é judeu! – exclama o sujeito irado. – Sou, e daí? Isso não justifica o seu ato! – argumenta o viajante. – Vocês crucificaram JESUS CRISTO! – diz o agressor. – Mas isso foi há mais de dois mil anos atrás! – diz o outro. – Pois é, mas eu soube ontem!!! – responde o sujeito irado.

Há fatos em que a força dos argumentos – "eu não sabia", "nós não sabíamos" ou "ninguém me contou" – tornam-se quase inquestionáveis para escamotear a ignorância ou a inobservância dos fatos. Para que, no futuro, argumentos como esses não sejam usados por seu Lula, dona Petrobrás, dona Rosinha, dona Serla, dona Feema e, principalmente, por dona CEDAE, responsável pelo tra-

"A fragilidade e agonia da referida bacia hidrográfica têm reflexos diretos na qualidade e na quantidade da água que chega à captação da CEDAE para o abastecimento público de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Paquetá, via complexo de Imunana-Laranjal"





tamento e pela qualidade da água distribuída na região, visto ser notório e de conhecimento público a fragilidade e agonia da bacia hidrográfica para onde está prevista a instalação/construção da refinaria de Itaboraí e de empresas periféricas, um formidável e necessário investimento de R\$ 13,0 bilhões (US\$ 6,5 bilhões) – composta pelos rios Macacu, Guapi-a-çu e pelo falecido rio Caceribu. Estamos chamando a atenção e informando que:

A fragilidade e agonia da referida bacia hidrográfica têm reflexos diretos na qualidade e na quantidade da água que chega à captação da CEDAE para o abastecimento público de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Paquetá, via complexo de Imunana-Laranjal (captação/elevatória de Imunana e estação de tratamento de água de Laranjal), hoje com capacidade nominal para tratar 7,0m³/seg. Volume este que, em épocas de escassez de chuvas, é menor que a demanda necessária para a população, provocando ainda, em função da menor vazão dos rios, a concentração das substâncias contaminantes, naturais ou não, o que potencializa os problemas e dificuldades nos processos de tratamento da água, não só na ETA de Laranjal, mas em qualquer ETA do mundo.

Como a instalação/construção da refinaria e parte das empresas periféricas serão a montante (antes) da captação da CEDAE, poderá haver problemas de quantidade e qualidade da água que chega à captação, provocados por razões óbvias. Por estarem previstas para montante da captação, passarão a ser um risco constante de poluição acidental, pois o controle de efluentes (despejo) industrial, por mais monitorado, automatizado, moderno e eficiente, terá sempre riscos de acidentes e/ou falhas. Outra preocupação, também constante, será na provável, possível, eventual e/ou consentida retirada de água (aproximadamente 2,0 m³/seg) do já insuficiente volume utilizado pela CEDAE, para o abastecimento público.

A população, vítima em potencial da falta de entendimentos entre governos federal, estadual e municipal, terá que discutir, convocando os técnicos das empresas e dos governos, e propor premissas rigorosas para a instalação/



Flávio Guedes: "A refinaria é uma questão de Estado, não de Governo"

operação da refinaria e de empresas periféricas, abordando, entre outras, as questões da quantidade da água disponível na bacia; o tratamento, o controle e o reaproveitamento de TODA água do efluente industrial; a recuperação/proteção de matas siliares e pontos de recarga do lençol freático e principalmente a recomposição da bacia hidrográfica como um todo. Além de destacar que a principal função da bacia hidrográfica é a de dessedentar a população, pois hoje, o fluxo de água faz uma curva de 90° para o canal da CEDAE, não havendo sobras significativas, na maior parte do ano, para jusante (depois) da captação.

Acreditamos e creditamos o risco potencial, no que diz respeito ao abastecimento público de água, ao "peso político" nas indicações para cargos de direção e gerências em empresas e governos, onde o conhecimento de causa e a técnica estão perdendo "peso". Pois se fosse ao contrário, esses riscos já estariam há muito tempo sendo avaliados e discutidos dentro das empresas, nos governos e na sociedade, com as melhores soluções e proteções já apontadas, viabilizando assim, tanto o complexo industrial como a segurança do abastecimento público de água, ambos essenciais e vitais para a região/população.

A persistir a instalação/construção da refinaria e empresas periféricas,

sem que os riscos sejam discutidos e avaliados, e as soluções e proteções definidas, deveremos traçar um paralelo com a proposta do natimorto Guandu II, uma nova ETA para uma área onde hoje a quantidade de água produzida e posta à disposição da população é simplesmente o dobro da necessária. Ou seja, uma proposta tocada com vaidades e sem as devidas discussões com o corpo técnico, trabalhadores da empresa e a sociedade – UMA IMBECILIDADE!

Porém, acreditamos e também creditamos ao bom senso, que a água necessária só poderá ser trazida de longe, a exemplo do que se faz com a refinaria de Duque de Caxias. A refinaria busca água, com altíssimos investimentos, junto a distante ETA Guandu, que hoje tem sérios problemas de qualidade de água bruta, decorrentes da implantação do distrito industrial de Queimados (CODIN) a montante (antes) da captação da CEDAE.

Contudo, não são novidades, também, os constantes acidentes na refinaria de Duque de Caxias, atenuados pela inexistência de captação da CEDAE a jusante (depois), o que, infelizmente, não será o caso da refinaria de Itaboraí e de suas empresas periféricas. E como já dito anteriormente, aí reside grande parte de nossas angústias e preocupações, que deveriam, também, ser dos Srs. e Sras acima mencionados.



PREVIDÊNCIA

NA MIRA DA LEI

Dirigentes envolvidos poderão ser denunciados criminalmente pelo Ministério Público Federal do RJ

O Ministério Público (MP) Federal do Estado do Rio de Janeiro está aguardando apenas a chegada do relatório que está sendo preparado na sede, em Brasília, sobre as denúncias de irregularidades na PRECE-Previdência da CEDAE, para dar prosseguimento ao procedimento de investigação criminal aberto pela procuradoria no Rio.

As possíveis fraudes envolvendo desvio de recursos da PRECE foram denunciadas pela CPMI dos Correios e teriam provocado prejuízos aos associados da ordem de R\$ 309 milhões. Há indícios também de irregularidades de outros R\$ 24,3 milhões, através de negócios feitos no mercado secundário de títulos públicos com os chamados CVS, entre 2003 e 2005.

As informações foram dadas ao Jornal da ASEAC pela assessoria do procurador José Maria Panoeiro, responsável pelo procedimento de investigação aberto pelo MP. O relatório do MP Federal de Brasília, que está sendo elaborado com base no documento oficial da CPMI dos fundos de pensão para ser encaminhado ao MP/RJ, detalha as operações realizadas a partir de 2001 no fundo de previdência dos empregados da CEDAE, o volume dos prejuízos causados e seus respectivos responsáveis, que poderão ser responsabilizados criminalmente.

As transações, passo a passo

Já encaminhado à Justiça federal pela CPMI, o relatório final aponta a Prece como o fundo de pensão que apresentou maior volume de perdas em operações com títulos públicos entre todos os investigados pela Comissão, totalizando R\$ 35,4 milhões

em valores nominais. As perdas foram detectadas a partir da análise da cadeia comercial de compra e venda dos papéis. Em negociações de um mesmo título público, os preços unitários praticados com fundos de pensão apresentaram exorbitante variação quando comparados com os preços negociados pelos demais agentes de mercado, segundo informa o documento da CPMI.

Em 2001, por exemplo, "foram identificadas perdas de R\$ 179.869 mil em operações com títulos públicos, envolvendo os fundos exclusivos da Prece, BNL Speciale 10 FIF e Dreyfus Brascan Ipanema FIF. Para entender o mecanismo, em operações realizadas em 17 de julho de 2001 um lote de 3.280 títulos foi vendido pelo Multi Bco S/A por R\$ 5.073.783. O preço unitário do papel, nesta primeira operação, foi de R\$ 1.546,89. A Prece adquiriu os mesmos títulos, ao final da cadeia de negociação, sob o preço unitário de R\$ 1.577,45, após algumas transações intermediárias em que os operadores compraram e venderam o lote pelo mesmo preço, apenas repassando-o adiante. Ou seja, a perda acabou recaindo sobre o fundo exclusivo da Prece BNL Speciale 10 FIF", afirma o documento.

Situação semelhante ocorreu, na mesma data, com o Dreyfus Brascan Ipanema FIF, outro fundo exclusivo da entidade. Estas perdas, porém, não configuram um quadro de clara irregularidade, diferente do que se identifica



Foto: José Cruz/ABr

A PRECE foi o fundo de pensão com o maior volume de perdas entre todos os investigados



Fotos de arquivo

O relatório da CPMI que investigou os fundos de



**As perdas
somente em
operações com
títulos públicos
em 2002
chegou a quase
R\$ 3 milhões**

nos anos posteriores, de acordo com a análise. Já as perdas em operações com títulos públicos, em 2002, foram de R\$ 2.761.348,00 em valores nominais.

"A título de exemplo, no dia 17 de setembro de 2002, a Elite CCVM adquiriu da Ágora CTVM lote de 2.500 títulos com o mesmo vencimento, por R\$ 1.313,68 para cada unidade de título. Em seguida, vendeu o mesmo lote por R\$ 1.313,83 a unidade para a Turfa S/A DTVM – que teve sua razão social alterada posteriormente para Euro DTVM. Note-se que o preço praticado pela Elite CCVM na venda dos títulos para a Turfa S/A DTVM quase não apresentou variação. Entretanto, quando a Turfa S/A DTVM alienou o mesmo lote de títulos para a Prece, o preço unitário do papel subiu para R\$ 1.397,49. A variação no preço praticado pela Turfa S/A DTVM nessa transação provocou um rendimento diário à corretora de 6,4%. Trata-se de rendimento incomum nas práticas de mercado, pelo exagero que representa. Nominalmente, esta única transação ocasionou uma perda de R\$ 209,5 mil para a Prece", exemplificam os parlamentares.

As perdas em 2002 tiveram início em agosto, indicando desvios da ordem de R\$ 2,7 milhões do fundo de pensão. Em 2003, as operações da Prece com títulos públicos geraram perdas de R\$ 15.084.844,00 em valores nominais. "No dia 24 de novembro, por exemplo, a Laeta S/A DTVM adquiriu do Bank-Boston Múltiplos S/A lote de 10.000 títulos com o mesmo vencimento, por R\$ 986,84/ unidade de título. Em seguida, vendeu o mesmo lote por R\$ 995,99 a unidade. Ao final da cadeia de ne-

gociação, quando a Dillon S/A DTVM alienou o mesmo lote de títulos para a Prece, o preço unitário do papel subiu para R\$ 1.129,27. Nominalmente, esta única transação ocasionou uma perda de R\$ 1.424.254,00 para a Prece", diz o relatório.

Ao ser questionado em seu depoimento sobre os rendimentos obtidos nesta negociação, o diretor da Dillon S/ADTVM, Luís Cláudio Lins Fabriani, declarou que "a transação, já esquemmatizada, foi trazida pronta pela Euro DTVM. Assumi, ainda, ter repassado valores à Euro DTVM pela Operação". A CPMI apurou também que, em casos como este, a Euro DTVM ficava com a maior parte do rendimento. A Dillon S/A DTVM retinha percentual mínimo, aparentemente a título de taxa pelo serviço. Ao receber o recurso, a Euro DTVM ficava com cerca de 17%, repassando o restante à empresa Stocklos Avendis, do doleiro Lúcio Bolonha Funaro.

Já em 2004, a mesma sistemática de operações com títulos públicos trouxe perdas de R\$ 17.011.907,00 para a Prece. Como exemplo, o relatório cita a transação ocorrida no dia 08 de outubro de 2004, em que a Turfa DTVM – que teve sua razão social alterada posteriormente para Euro DTVM – adquiriu da Brasil Central DTVM um lote de 7.500 títulos NTNBS, com vencimento no dia 15/05/2005. O preço pago pela Turfa DTVM foi de R\$ 1.031,96 para cada unidade de título. Em seguida, a Turfa DTVM vendeu o mesmo lote por R\$ 1.455,03 a unidade para a Prece. "Note-se que, quando a Turfa DTVM alienou o lote à Prece, a variação no preço unitário do título correspondeu a 41% do seu valor de aquisição. Isto quer dizer que, em apenas um dia, a Turfa DTVM obteve um ganho de 41%, correspondente a R\$ 3.173.034,00", explicam os parlamentares.

– Trata-se de rendimento incomum nas práticas de mercado, pelo exagero que representa. Nominalmente, somente esta transação impôs à Prece a perda de R\$ 3.173.034,00 – diz o documento. O ano de 2005, entretanto, apresentou uma redução nas perdas em operações com títulos públicos: R\$ 368.512,00 em três operações realizadas entre os meses de fevereiro e abril. Mas entre janeiro de 2003 e agosto de 2005, as operações com títulos públicos acarretaram à Prece perdas nominais de R\$ 32.465.263,00. "Ao se examinar as corretoras que



pensão já está sendo enviado ao Ministério Público Federal do RJ para as medidas cabíveis



PREVIDÊNCIA

intermediaram as operações responsáveis pelas principais perdas da Prece, verifica-se a recorrência de dois agentes principais, a Euro (Turfa) e a Dillon", denuncia o relatório.

Debêntures

De acordo com os parlamentares da CPMI, a Prece também apresentou transações irregulares em operações com debêntures, totalizando perdas de R\$ 4,4 milhões. As operações com debêntures seguiram a mesma lógica das transações irregulares realizadas com títulos públicos. Ou seja, os preços unitários negociados com a Prece apresentaram uma variação exorbitante quando comparados com os preços negociados pelos demais agentes de mercado.

As operações realizadas na carteira própria da Prece apresentaram variações excessivas. São de R\$ 1.349.350,00 as perdas ocorridas na carteira própria da Prece em 2002. Já em 2003, as perdas chegaram ao montante de R\$ 501.422,00. De acordo com o relatório, chamou atenção, no caso das operações com debêntures, a recorrente atuação das distribuidoras Quantia e Euro. Lauro José Senra de Gouvêa, sócio da Quantia, afirmou à CPI não se recordar das transações de sua distribuidora com a Prece no mercado de debêntures. Já

Jorge Luiz Gomes Chrispim, sócio da Euro, negou que sua distribuidora tivesse operado com debêntures e, diante de provas do contrário, não soube explicar o motivo das graves discrepâncias de preço nas referidas operações.

CVS

Dos fundos de pensão investigados, o relatório indica que a Prece foi um dos poucos que apresentou perdas em operações com títulos corrigidos pela TR (CVS), decorrentes da securitização de créditos junto ao FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais). Com base nas operações de compra e venda de tais títulos, a CPMI detectou perdas de R\$ 38.360.187,00, que tiveram início em 2003.

Em negociações com um mesmo CVS, verificou-se que os preços unitários negociados com a entidade apresentaram variação exorbitante quando comparados com os preços negociados pelos demais agentes de mercado. "Na cadeia negocial do dia 9 de março de 2005, por exemplo, a Agenda DTVM adquiriu do fundo de pensão Portus, um lote de 2.000 CVS do tipo CVSB970101, por um preço unitário de R\$ 825,00. Em seguida, o mesmo lote foi vendido para a Euro DTVM por R\$ 827,00. Os preços pagos pela Euro DTVM e Agenda DTVM

apresentaram, é fácil perceber, variação mínima. Todavia, quando o mesmo lote foi repassado à Prece, o preço de venda foi de R\$ 1.813,00. Houve, assim, uma variação de 119 % sobre o preço praticado pela Euro DTVM. Significa dizer que, em apenas um dia, a Euro obteve um ganho de 119%, correspondente a R\$ 1.972.000,00", diz o relatório.

No caso apresentado acima, é importante deixar claro que o rendimento de operações com CVS é indexado pela TR. Ou seja, o ganho obtido pela distribuidora é absolutamente incomum nas práticas de mercado, pelo exagero que representa. As operações com CVS tiveram início em 2003 e se mantiveram constantes até o fim do período de análise da CPMI (agosto de 2005). No caso das transações irregulares com CVS, dentre os agentes de mercado que auferiram ganhos exorbitantes, figura novamente a Euro DTVM. "A presença desta distribuidora em diversos tipos de operações irregulares reforça os indícios de que possuía algum tipo de influência sobre a fixação dos preços das transações financeiras que envolviam a Prece", afirma a CPMI.

Derivativos (BM&F)

Quanto às operações da Prece no mercado futuro, entre janeiro de 2000 e janeiro de 2002, a entidade apresentou ajustes negativos de R\$ 33,6 milhões, contra ajustes positivos de R\$ 20,1 milhões. "Isto demonstra que, no primeiro dia de ajustes dos contratos de futuros realizados em 2002, houve uma perda líquida de R\$ R\$ 13,5 milhões. Constatou-se no relatório, em face dos dados obtidos, o desempenho atípico de algumas corretoras quando opera-



Foto: José Cruz/ABr

Deputado Osmar Serraglio, Relator da CPMI



Foto: José Cruz/ABr



ram em nome da Prece. Este é o caso da Novinvest, Banco Cidade CVMC e Fator Doria Atherino:

- **Novinvest:** em 59% das 1130 vezes em que operou em nome da Prece, atribuiu ajustes negativos para o fundo de pensão. Em valores nominais, a corretora atribuiu R\$ 3,6 milhões em ajustes negativos contra R\$ 1,8 milhão em ajustes positivos. Isto significa ajustes negativos em 66% do volume total operado. Entre janeiro de 2000 e janeiro de 2002, apresentou perda líquida de R\$ 1,7 milhão;
- **Banco Cidade CVMC:** em 87% das 971 vezes que operou em nome da

O mesmo lote de títulos negociados pelo mercado apresentava variações exorbitantes quando era vendido à PRECE, gerando prejuízos

Prece, atribuiu ajustes negativos para o fundo de pensão. Em valores nominais, a corretora atribuiu R\$ 4,4 milhões em ajustes negativos contra R\$ 107 mil em ajustes positivos. Isto significa ajustes negativos em 98% do volume total operado. Ou seja, esta corretora quase não atribuiu valores positivos no primeiro dia de ajuste ao operar com a entidade. A perda líquida apresentada pela corretora foi de R\$ 4,3 milhões;

- **Fator Doria Atherino:** em 81% das 600 vezes que operou em nome da Prece, atribuiu ajustes negativos para o fundo de pensão. Em valores nominais, a corretora atribuiu R\$ 2,2 milhões em ajustes negativos contra R\$ 213 mil em ajustes positivos. Em outras palavras, teve ajustes negativos em 91% do volume total operado. Ou seja, a corretora, quando atuou pela Prece, teve, entre janeiro de 2000 e janeiro de 2002, um péssimo desempenho e, ainda, apresentou perda líquida de R\$ 1,9 milhão. Entre janeiro de 2002 e agosto de 2002, a Prece teve um desempenho pífio em operações com a BM&F, apresentando ajustes negativos de R\$ 6,6 milhões contra ajustes positivos de R\$ 500 mil, demonstrando que, no primeiro dia de ajustes dos contratos de futuros, a Prece teve uma perda líquida de R\$ 6,1 milhões.

Das 168 operações da Prece realizadas por intermédio da corretora Ágora CTVM, 152 resultaram em ajuste negativo. Através de um quadro específico, o relatório da CPMI indica o pagamento de R\$ 577.140,00 por ajuste negativo, enquanto, o ajuste positivo, revela o recebimento de 3.750,00. No caso, a perda líquida chega a R\$ 573.390,00. Em 90% das operações houve, portanto, ajuste

negativo. Situação similar é apurada com a corretora Arkhe CTVM Ltda.

Desempenho crítico

Durante o período entre agosto de 2002 e janeiro de 2003, a Prece teve um desempenho preocupante em operações com a BM&F, apresentando ajustes negativos de R\$ 12,7 milhões contra ajustes positivos de R\$ 1 milhão. Isto demonstra que, no primeiro dia de ajustes dos contratos de futuros, houve uma perda líquida de R\$ R\$ 11,7 milhões: Os dados analisados pelos parlamentares revelam que, das 287 operações da Prece realizadas por intermédio da distribuidora Liquidez DTVM Ltda., 255 resultaram em ajuste negativo. Foram pagos R\$ 3.446.173,00 por ajuste negativo, enquanto, o ajuste positivo, mostra o recebimento de R\$ 256.058,00. No caso, a perda líquida chegou a R\$ 3.190.115,00. Em 89% das operações, houve, portanto, ajuste negativo. Situação similar é apurada com as corretoras Brascan Futuros Ltda., Concórdia S/A CVMCC, SLW CVC Ltda., Bônus CCM Ltda.

Já a partir de julho de 2003, a Prece teve um desempenho alarmante em operações com a BM&F, apresentando ajustes negativos de R\$ 65,4 milhões contra ajustes positivos de R\$ 21,9 milhões. Isto demonstra que, no primeiro dia de ajustes dos contratos de futuro, houve perda líquida de R\$ R\$ 43,5 milhões, conforme os valores apurados. Os dados apresentados revelam que, das 3.738 operações da Prece realizadas por intermédio da distribuidora Laeta S/ADTVM, 2.920 resultaram em ajuste negativo. Os pagamentos foram de R\$ 23.198.335,00 por ajuste negativo, enquanto o ajuste positivo mostra o recebimento de R\$ 3.151.854,00. No caso, a perda líquida chegou a R\$ 20.046.481,00. Em 78% das operações houve, portanto, ajuste negativo. Situação similar é detectada nas operações com a corretora Novação S/A CCVM.

Em seu depoimento à CPMI, a gestora (financeira) da Prece nesse período disse que o desempenho do fundo não era de sua responsabilidade, porque as decisões de investimento eram tomadas pelo comitê de investimentos, do qual ela era parte integrante.

Outras irregularidades

A Comissão de Valores Mobiliários



PREVIDÊNCIA

(CVM) também encontrou graves indícios de irregularidades na administração dos fundos exclusivos da Prece por parte da Quality CCTVM. O exame procedido no Relatório de Análise nº 014/04 indica que os Srs. David Jesus Gil Fernandez e Marcos César de Cássio Lima, diretores da Quality CCTVM, obtiveram, em conta própria, lucros expressivos em diversas operações day-trade nos mercados futuros da BM&F, enquanto os fundos administrados pela corretora realizaram operações por ela intermediados que causaram ajustes negativos substanciais às suas carteiras. Nessa linha, conclui o Relatório que há indícios de que tais operações foram "irregulares, com uma definição previamente acordada de ganhadores e perdedores nos negócios, e que variava em razão dos preços nos mercados".

Em contratos de mesma série e mesma data, segundo apurou Comissão de Valores Mobiliários, "chegou-se à incrível situação na qual em todos os 40 pregões nos quais operaram simultaneamente no mercado futuro DI1, e em todos os 23 pregões nos quais operaram simultaneamente no mercado futuro DOL, em 100% dos casos as pessoas físicas levaram vantagem sobre os fundos". Na avaliação do mencionado órgão de fiscalização, "tal índice de erro somente torna-se viável mediante manipulação na distribuição de negócios já fechados". E isto, segundo o Relatório, é orquestrado "com a execução de ordens sem a predefinição do beneficiário final, que só são especificadas após o término da sessão de negociação".

De janeiro de 2003 a agosto de 2005, corretoras como a Quantia, a Euro e a Dillon participaram diretamente de operações que geraram perdas de R\$ 32,5 milhões em títulos públicos, R\$ 875 mil em debêntures e outros R\$ 38,3 milhões em CVs. O total de R\$ 71,6 milhões desviados da Prece foi, segundo os levantamentos realizados no âmbito deste inquérito parlamentar, repassado dessas corretoras para intermediários que, por sua vez, tinham livre acesso à gerência dos fundos de pensão.

Instrumentos de MANOBRA

CPMI afirma que ingerência política comprometeu a gestão da PRECE

Desde que se iniciou o processo de sucateamento da CEDAE, implantado como suporte às seguidas tentativas de privatização da companhia, a ASEAC vem denunciando o nefasto e pernicioso modelo de gestão, que tem feito com que as indicações e nomeações políticas impeçam que a empresa se torne eficiente e autônoma. Agora, após o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, que produziu um detalhado relatório de dois volumes e milhares de páginas, esse processo ficou evidenciado de maneira bastante clara, mostrando os prejuízos que a falta de profissionalização da gestão da empresa gera para a sociedade e para a qualidade

dos serviços, tanto na CEDAE quanto na Prece e na CAC.

Segundo o relatório da CPMI, em 31 de dezembro de 2004, os ativos totais da Prece correspondiam a 4% dos ativos dos fundos de pensão patrocinados por empresas públicas no mercado financeiro e de capitais. No período sob análise da CPMI, o fundo de pensão teve quatro diretores financeiros. Ou seja, foram quatro gestões diferentes em um período de três anos, devido a interesses políticos decorrentes de mudanças no executivo estadual. A maioria deles, de acordo com o relatório da Comissão, demonstrou, durante os depoimentos, não possuir profundos conhecimentos sobre as peculiaridades do mercado financeiro e até certo despreparo.

O relatório da CPMI mostrou indícios de irregularidades e sinais evidentes de uma definição previamente acordada entre ganhadores e perdedores



Fotos Arquivo / Alexandre Loureiro



Fotos Arquivo / Alexandre Loureiro



Desmandos na PRECE

Segundo o documento final da CPMI, ilustrado com quadros, gráficos e tabelas, e que cita nominalmente cada um dos dirigentes da Prece, houve uma significativa mudança no quadro de diretores do fundo de pensão, especialmente entre os anos de 2002 e 2003, todos os nomes bastante conhecidos dos associados e entidades de classe do setor. "A ocupação dos principais cargos da Prece por indicações políticas é uma marca inquestionável da fundação. A cada mudança de governo, verifica-se uma alteração no quadro diretivo da CEDAE e, por consequência, também da Prece", afirma.

E mais grave ainda, de acordo com o documento, é que, no curso das investigações, foram constatados importantes indícios de desvios de conduta e graves

No curso das investigações, foram constatados importantes indícios de desvios de conduta e graves irregularidades

irregularidades. "Os mais significativos", acrescenta, "foram identificados nas transações efetuadas nos períodos entre agosto de 2002 e agosto de 2005".

O relatório da CPMI indica uma relação estreita entre a conjuntura política do governo e a sucessão de diretorias da Prece, reconhecida pelos depoentes convocados pela Comissão do Congresso, inclusive aqueles que tiveram atuação direta na gestão financeira da entidade, durante os períodos em que se concentraram as operações irregulares de maior vulto.

Falta transparência

De acordo com a análise dos parlamentares, em 2002 a Prece teve rentabilidade negativa de 30% e redução no patrimônio de 7%. "Determinadas falhas corporativas contribuíram decisivamente para a formação de ambiente propício à ocorrência de operações irregulares. As sucessivas alterações nos cargos de gestores e administradores geraram grave descontinuidade na consolidação de uma sólida política de investimentos da entidade. Ademais, as nomeações caracterizaram-se, em vários casos, pela falta de transparência e, sobretudo, de critérios técnicos sobre a capacidade e aptidão dos indicados. Registre-se, por outro lado, a ausência de seriedade e compromisso no acompanhamento das operações financeiras por parte da gerência de investimentos".

Segundo o que foi apurado, "não houve a necessária preocupação com a situação do patrimônio e os investimentos da Prece, em face do caráter extremamente insatisfatório de sua atuação na identificação das variações de preços dos títulos e na avaliação da performance das corretoras contratadas no mercado de

renda variável", afirma o relatório.

E ressalta que "tamanho descompromisso, durante o período em exame, sugere ação deliberada de seus gestores nas operações sob investigação que – como se viu – provocaram perdas financeiras relevantes à Prece". Para os membros da CPMI, a alternância de poder no governo estadual levou a modificações no corpo diretivo da Prece. "Tal fato permite cogitar sobre a atuação direta de seus administradores (diretores-presidentes, diretores e gerentes financeiros) em transações financeiras irregulares", analisa.

Até agosto de 2002, todos os fundos exclusivos da Prece eram administrados pela corretora Mellon Brascan. Com a mudança da diretoria da Prece, houve a substituição dos administradores e gestores para a Santos Asset Management, cuja atuação, segundo o relatório, gerou sérias dúvidas quanto à sua independência, uma vez que a mesma era responsável por decidir quais ativos comprar e quais as taxas ou preços negociados. "Não obstante, a empresa também administrava os recursos da Prece, sendo responsável pelo acompanhamento de suas operações. No caso, adquiriu, inclusive, títulos do Banco Santos, proprietário da Santos Asset Management", conclui.

Em função da situação aqui descrita, avaliamos a urgente retomada do processo de eleições CAC/PRECE, pois tudo isso ocorreu sem um único "pio" de nossos representantes eleitos e indicados. A ASEAC pede uma mudança de postura nossa e principalmente dos eleitos e indicados.

As sucessivas alterações nos cargos de gestores e administradores geraram grave descontinuidade na consolidação de uma sólida política de investimentos da entidade





AERUS

“Efeito Orloff”

Caso Varig desperta temor nos participantes da PRECE de que o fundo de previdência dos trabalhadores da CEDAE se transforme em um novo AERUS



Foto: Agência Globo

A velha frase do comercial da vodka Orloff, que se popularizou nos anos 70 com o slogan “eu sou você amanhã”, ressuscitou agora como um verdadeiro “fantasma” para os associados da PRECE, na figura do Aerus, o fundo de previdência dos empregados da Varig, que aterrissou no meio da crise da mantenedora. O fundo da companhia aérea teve liquidado seus planos de aposentadoria pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência, colocando em risco o reembolso das contribuições parciais dos aposentados e integral dos associados que ainda estão na ativa.

O presidente da ASEAC, Flávio Guedes, vem alertando os associados da PRECE e as entidades que lutam pela implantação de uma gestão transparente no fundo de previdência, mostrando-se apreensivo com relação ao futuro do plano dos trabalhadores da CEDAE, que enfrenta um problema semelhante ao que levou o Aerus para o “buraco”: a falta de pagamento das parcelas de contribuição pela mantenedora.

O fato é que a intervenção da SPC no Aerus vai mexer no bolso de aposentados e pensionistas da empresa. Em junho, eles receberão somente 70% dos benefícios e, de agosto até outubro, quem faz parte do Plano I vai embolsar metade do benefício. No caso do plano 2, o valor pago cor-

responderá a 70% do normal. Parte dos benefícios será cortada porque a Varig deixou de pagar R\$ 2,3 bilhões ao Aerus nos últimos anos. E sem a contribuição da empresa, calcula-se que o “rombo” chegue a R\$ 1,4 bilhão.

Com a decisão do governo federal de liquidar os dois planos do fundo de pensão da Varig, para que os recursos do fundo não sejam utilizados para tentar recuperar a empresa (os empregados queriam transferir R\$ 225 milhões), também ficará suspenso parte dos pagamentos aos beneficiários. A empresa não retornou a contribuição mensal de R\$ 9 milhões para o Aerus, mesmo depois da aprovação de seu plano de recuperação judicial. Por isso, a Secretaria decidiu optar pela liquidação.

Situação preocupa

O quadro que envolve a PRECE hoje, embora a situação das respectivas mantenedoras não seja o mesmo, é muito parecido, já que a CEDAE deve a PRECE cerca de R\$ 700 milhões. Segundo Flávio Guedes, isso é suficiente para que todos os assistidos, os associados e trabalhadores da CEDAE se coloquem em alerta, principalmente diante das denúncias de irregularidades e desvios de recursos denunciados pela CPMI.

– Temos que ter em mente que o Aerus chegou à situação em que está por falta de repasses da mantenedora, não por má gestão ou por maus investimentos. No nosso caso é muito pior, pois além de

enfrentarmos também problemas com os repasses da CEDAE, ainda sofremos pela má gestão, falta de transparência e, pior, desvio de recursos, conforme denunciou a CPMI dos Correios. Sem dúvida, mais do que ficar alertas, precisamos cobrar respostas dos gestores e mantenedores e fiscalizar a atuação do nosso fundo de previdência. O cancelamento das eleições PRECE/CAC foi péssimo para o fortalecimento do processo de fiscalização das duas entidades – afirmou o presidente da ASEAC.

Caso Núcleos

Outro exemplo que demonstra que a conta sempre acaba sendo paga pelos trabalhadores é o caso do fundo de pensão das empresas do setor nuclear – o Núcleos – cujo prejuízo também acabou recaindo sobre os associados do plano de previdência. O Ministério Público já acatou denúncias contra diretores do fundo acusados de causar um rombo de R\$ 36,8 milhões (Paulo Figueiredo, Gildásio Amado Filho e Abel de Almeida). Mas para cobrir o prejuízo, o Núcleos reajustou a contribuição dos associados em cerca de 52%, segundo nota publicada na coluna do jornalista Ancelmo Góis, no jornal O Globo. No dia seguinte, a assessoria do plano de previdência informou que a elevação das contribuições do Núcleos só ocorrerá a partir de julho próximo, caso a Nuclep mantenha a posição de não equacionar a dívida, reconhecida em balanço, de R\$ 171,4 milhões.



Arte sobre foto: João Paulo Sampaio

CASO DE POLÍCIA

Denise Frossard diz que o Brasil precisa interromper o "nomeoduto" e acabar de vez com as nomeações eleitoreiras de dirigentes no setor público

Infelizmente nunca me foi levado nada da Prece quando era juíza, senão, já estavam todos com algemas nas mãos. A Prece é um caso de polícia. A frase é da deputada federal e ex-juíza Denise Frossard (PPS-RJ), que integrou a CPMI dos Correios, ao responder a indagação do deputado Carlos William (PSC-MG), empenhado em defender a retirada de todos os indiciamentos e citações de irregularidades relacionadas ao fundo de pensão Prece, da Cedae, durante a discussão do relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), provocando um dos momentos de maior tensão da sessão.

O deputado Carlos William — do grupo do ex-governador Anthony Garotinho — além de assinar o substitutivo do PT que suprimia e mandava para mais investigações no Ministério Público todo o tópico relativo à Prece, apresentou 14 votos em separado em defesa dos fundos de pensão. A sessão acabou em bate-boca, e o sub-relator dos Fundos de Pensão, Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), acusou o PT de fazer acordo com Garotinho para livrar

a Prece em seu substitutivo. — Sem vergonha nenhuma o PT cortou tudo que dizia respeito à Prece. Foi um acordo com o Garotinho e pronto! Tudo que diz respeito a fundos foi deletado. Isso é uma atitude de quem está defendendo bandidos — protestou ACM Neto.

A deputada e ex-juíza Denise Frossard, por sua vez, acusou o deputado Carlos William "de ser o defensor da Prece, todo mundo sabe!", provocando o parlamentar, que respondeu:

—Vossa Excelência, a acusadora, por que não prendeu todo mundo da Prece quando era juíza? — gritou Carlos William. — Infelizmente nunca me foi levado nada da Prece quando era juíza, senão, já estavam todos com algemas nas mãos. — respondeu a ex-juíza.

Fim da impunidade

Deputada federal mais votada do Estado do Rio de Janeiro, Denise Frossard disse confiar no Ministério Público sobre as investigações de corrupção no governo Lula. "O Ministério Público vai receber toda a nossa documentação (relatório da CPMI) e, com os olhos de juíza, eu sei que irá

encontrar muito mais gente envolvida com a corrupção", prevê.

"Eu acho que 120 pessoas ainda é muito pouco", completou Frossard, referindo-se aos citados pela comissão. O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, já encaminhou ao STF (Supremo Tribunal Federal) denúncia contra 40 pessoas, entre os quais os ex-ministros da Casa Civil, José Dirceu; e da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken; o publicitário Duda Mendonça, o empresário Marcos Valério de Souza, dirigentes no Banco Rural e parlamentares cassados e absolvidos pelo plenário, como o ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP) e o ex-líder do governo Lula, Professor Luizinho (PT-SP). Mas a deputada acredita que a lista vai crescer muito mais.

Os dirigentes da Prece envolvidos nas denúncias de irregularidades já estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal do estado do Rio de Janeiro. Para a deputada, há anos a imprensa noticia casos de corrupção e nada de novo foi feito para modificar o modo como se dá o preenchimento de cargos públicos no Brasil. — A corrupção não cederá enquanto o Brasil não interromper o "nomeoduto" — canais que unem nomeações ao financiamento de campanhas eleitorais e à compra de parlamentares, sejam eles senadores, deputados federais, deputados estaduais ou vereadores.

— Entendo que é urgente agir sobre a estrutura do serviço público de modo integral para profissionalizá-la e definir que funções são efetivamente funções de Estado e funções de governo — concluiu.

"Infelizmente nunca me foi levado nada da Prece quando era juíza, senão, já estavam todos com algemas nas mãos"

Denise Frossard Deputada e ex-juíza

Foto: José Cruz/ABR.



REPASSE DE VERBAS

NO RASTRO DO DI

Duas das Organizações Não Governamentais (ONGs) que foram apontadas na série de reportagens recentes do jornal O Globo como envolvidas no escândalo dos repasses de verbas sem licitação pelo governo do Estado e que têm entre seus integrantes nomes de sócios de empresas que doaram R\$ 650 mil para a campanha de pré-candidatura do ex-governador Anthony Garotinho (PMDB) à presidência da República prestaram serviços à CEDAE.

A denúncia vem reforçar os argumentos da CPMI dos Correios de que a PRECE só chegou à situação em que se encontra devido a falta de critérios para nomeação dos cargos e uso político do fundo de previdência.

As ONGs são o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Cidadania (CB-DDC), que, segundo matéria publicada no dia 28 de abril pelo Globo, recebeu R\$ 105.665.276,63; e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Treinamento (IBDT), que teria recebido R\$ 8.315.862,07. A primeira delas – a CB-DDC – prestou serviços em 2005 para a Secretaria Estadual de Saúde e teria sido responsável pela implantação de sistemas de informática na CEDAE. O IBDT também foi apontado como prestador dos mesmos serviços à CEDAE este ano.

Se for constatada a irregularidade na repasse das verbas às ONGs, a CEDAE poderá acabar envolvida em mais um escândalo, que vem reforçar também as denúncias do deputado José Náder na ALERJ, para as quais a ASEAC está cobrando explicações à direção da empresa. A série de matérias mostra uma conexão ampla entre empresas com sócios "laranjas" e endereços de fachada, que doaram 650 mil a campanha do pré-candidato do PMDB à presidência, e o governo do Estado, que teria repassado a 12 ONGs, através da Fundação

Escola de Serviços Públicos (FESP), um total de R\$ 254 milhões, desde 2003 até agora. De acordo com as reportagens do Globo, mais de 90% desses contratos teriam sido feitos sem licitação, e as ONGs não explicam como prestam os serviços ao Estado, "além de terem uma intrincada rede de endereços comuns ou já não mais utilizados".

MP investiga contratos

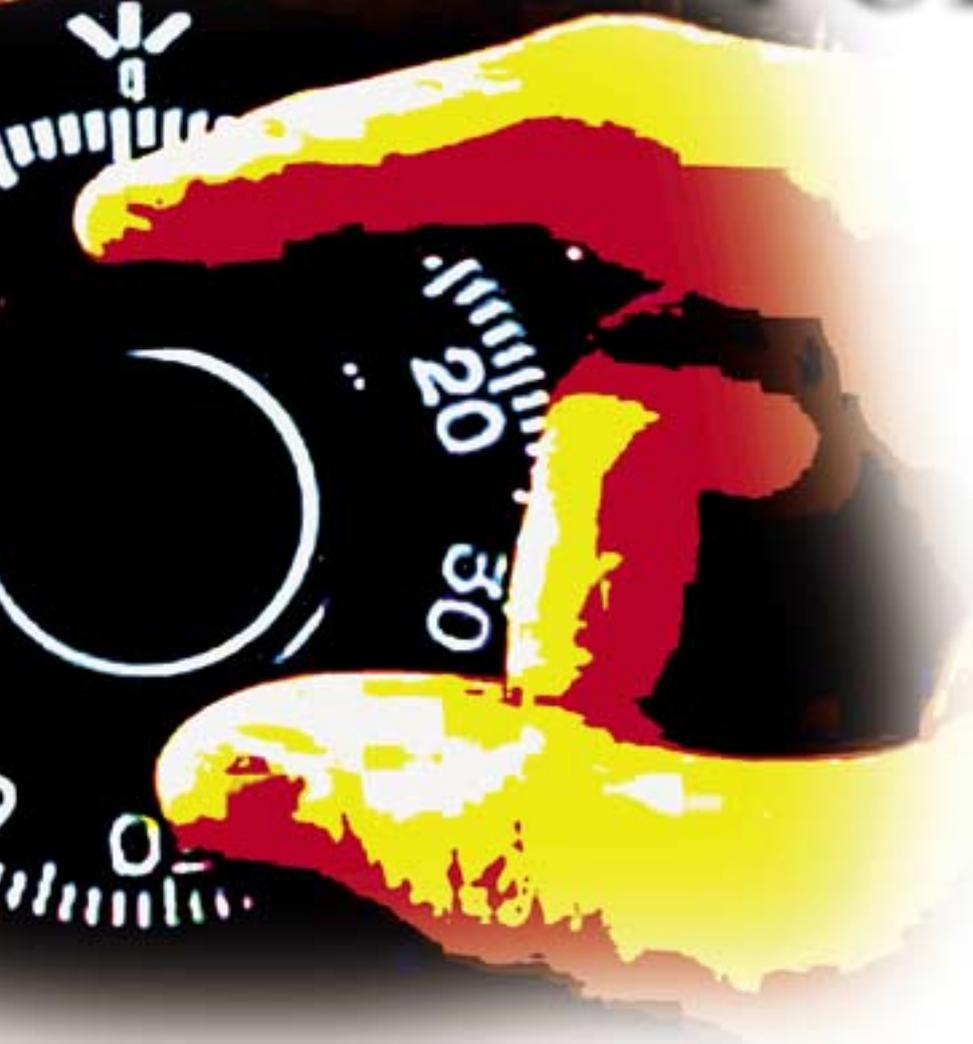
De acordo com uma das reportagens, publicada no dia 27 de abril, a governadora Rosinha Garotinho pagou às ONGs de sócios de três das quatro empresas que doaram dinheiro para a pré-campanha de Garotinho R\$ 112,5 milhões, de 2003 até o final de abril. Os contratos dessas ONGs também teriam sido feitos sem licitação, através da FESP, que empenhou somente no ano passado R\$ 59,8 milhões para essas organizações, segundo dados do Sistema de Administração Financeira do Estado (Siafem). Juntos, elas doaram R\$ 400 mil do total de R\$ 650 mil que o PMDB informou ter arrecadado.

As informações de que as ONGs eram contratadas pela FESP para sublocar mão-de-obra de cooperativas podem ser o elo que o Ministério Público (MP) buscava encontrar para comprovar as possíveis irregularidades cometidas pela Fundação e pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) para burlar a contratação por concurso público. A própria CEDAE não realiza concurso público desde 2002, e os

Denúncias do Globo mostraram uma conexão ampla entre empresas com sócios "laranjas", ONGs e o governo do Estado



NHEIRO PÚBLICO



candidatos aprovados naquela última seleção até hoje não foram chamados, o que também chegou a ser denunciado na tribuna da ALERJ.

Após a revelação das ONGs, o Ministério Público do Rio de Janeiro decidiu que todas as 12 entidades que tiveram contratos com a FESP de 2003 até agora serão investigadas em inquéritos separados. Os novos inquéritos serão desmembrados de uma outra investigação que já apurava improbidade administrativa na Fundação e de seu presidente, Paulo Sérgio Marques. O procedimento do MP para investigar a FESP começou após denúncias de cooperativados. Nos contratos entre a FESP e a Secretaria de Saúde, segundo a denúncia do Globo, há termos vagos sobre os serviços que a Fundação deve realizar na saúde.

O Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Cidadania (CBDDC), se-

gundo as denúncias do Globo, já havia sido condenado em 2001 por desvio de recursos do Estado (cerca de R\$ 180 mil), e é dirigida pelo presidente do PMDB de Petrópolis, Carlos Alberto da Silva Lopes. A ONG recebeu R\$ 105 milhões no ano passado, destinados a contratos de prestação de serviços na área de saúde e na CEDAE.

TCE quer explicações

Depois de fazer uma devassa em contratos entre a FESP e ONGs que prestam serviço ao governo do Estado, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) também decidiu cobrar explicações a sete órgãos da administração pública. Entre as ONGs que tiveram contratos analisados, estão o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Treinamento (IBDT), o Instituto Nacional de Aperfeiçoamento da Administração Pública (Inaap) e o Instituto Nacional

de Pesquisa e Ensino da Administração (Inep). As três ONGs têm em comum, segundo a reportagem do Globo, o nome de sócios das empresas que fizeram doações à pré-campanha de Garotinho à presidência da República.

O volume total de recursos repassados a essas três ONGs chega a R\$ 90 milhões nos 34 processos relacionados pelo TCE. A primeira dúvida do Tribunal de Contas é o fato de a FESP aceitar ser contratada por órgãos estaduais, mesmo sabendo que não poderia prestar serviços com a estrutura de que dispõe. Em todos os casos, a FESP foi contratada pelo órgão e subcontratou empresas para realizar os serviços. O TCE já expediu 20 ofícios a órgãos da administração direta e indireta, pedindo esclarecimentos.

Terceirização

Segundo o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, essa questão da utilização excessiva e com critérios duvidosos de mão de obra terceirizada na CEDAE é um problema antigo, que vem sendo questionado há anos pela ASEAC. A entidade entende que em algumas áreas a direção da empresa até pode utilizar serviços de terceiros, mas nunca em áreas estratégicas da empresa, tais como a operação do sistema e comercial.

Segundo Flávio Guedes, a companhia está tomada pelos chamados "extra-quadros" em praticamente todos os setores. "Isso é altamente prejudicial, pois além de não permitir a renovação do quadro da CEDAE, fundamental para garantir a sobrevivência da própria empresa, da PRECE e da CAC, ainda compromete a qualidade dos serviços prestados à população, quando se tratam de áreas-fim da CEDAE", disse Flávio Guedes. Segundo ele, esse critério precisa ser revisto urgentemente, para que a empresa não continue sendo utilizada politicamente, como denunciou a CPMI dos correios, colocando em risco a eficiência da companhia e a sua própria sobrevivência como empresa responsável pelo saneamento no Estado do Rio de Janeiro.



ASEAC cobra RESPOSTAS

Silêncio e ausência de esclarecimentos da direção da CEDAE refletem na imagem da empresa e dos empregados

Após a direção da CEDAE responder com total silêncio às solicitações de esclarecimentos feitas pela ASEAC com relação às denúncias de irregularidades na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a diretoria da entidade decidiu encaminhar uma coletânea contendo cópias dos pronunciamentos de parlamentares aos Ministérios Público Federal e Estadual (MP's), ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), à Procuradoria Geral do Estado (PGE), à Auditoria Geral do Estado (AGE), à

Presidência da ALERJ e ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, já que um deputado Federal do RJ foi citado 121 vezes.

Para comunicar oficialmente a decisão à CEDAE, tendo em vista a falta de comunicação com o presidente da companhia, Lutero C. Cardoso, que não respondeu a nenhuma das cartas encaminhadas, a ASEAC decidiu também publicar uma nota oficial no Jornal O Dia, informando à sociedade e aos empregados da empresa sobre as decisões.

Segundo o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, as denúncias são muito graves e precisam ser esclarecidas

pela CEDAE, principalmente depois que o nome da empresa foi envolvido também no repasse de verbas do Estado a ONGs que prestam serviços ao governo, através da Fundação Escola de Serviços Públicos (FESP). Flávio Guedes entende que a sucessão de escândalos e denúncias, que começaram com o rombo na PRÉCE, passando pelas declarações do deputado José Nader e em andamento com os repasses de verbas, precisam e devem ser cobrados pela sociedade e apurados e investigados pelos MPs. “Somente dessa maneira vamos conseguir resgatar as funções públicas e sociais da CEDAE, com lisura e eficiência”, disse

Fotos: Arquivo



Indignação

Aseac pediu satisfações da CEDAE aos empregados e à sociedade

A indignação dos empregados com relação à condução da empresa, que tem levado à exposição negativa da imagem de seus trabalhadores e da própria companhia, que sempre gozou do respeito e do reconhecimento dos consumidores, levou a ASEAC a editar também um boletim “ASEAC Urgente”.

No boletim, a entidade comunica as providências tomadas no sentido de resgatar o respeito dos trabalhadores e da empresa. Na opinião de Flávio Guedes, a iniciativa era necessária, tendo em vista a postura da ASEAC, que sempre esteve alerta em defesa da empresa e de seus trabalhadores. “Como representante dos trabalhadores, a ASEAC tem se posicionado sobre todas as questões



RETRANCAS



que envolvem a empresa e seus empregados, em todos os momentos em que é convocada, quando é criticada ou solicitada”, disse o presidente.

Um exemplo disso foi o episódio em que a direção da CEDAE e da PRECE tentou vincular nomes de dirigentes da Associação a denúncias anônimas divulgadas pela internet por um autor que se intitulava *O desesperado da CEDAE*. “E respondemos a altura, através do próprio Jornal da ASEAC e com nossa presença na Delegacia responsável pelo inquérito policial aberto contra nós”, disse Flávio Guedes.

Por isso, a direção da entidade es-

tranhou o comportamento da direção da CEDAE, mesmo porque a ASEAC tem procurado manter uma relação de completa e total transparência e cordialidade com a empresa.

A íntegra do texto publicado no “ASEAC Urgente” é a seguinte:

A CEDAE está sangrando!!!
“Nós, trabalhadores da CEDAE, estamos sangrando dolorosa e intensamente pela PRECE, pela CAC e pela CEDAE.

Pela PRECE, como demonstrado no decorrer dos trabalhos e no relatório final da CPMI dos Correios, que apon-

tou graves irregularidades e prejuízos para nós, participantes; pelas matérias no jornal da ASEAC, que desde 2004 vem cobrando transparência e mostrando equívocos na gestão do nosso Fundo de Pensão, sem que providências fossem tomadas pelas direções da CEDAE e da PRECE; pelas punições e multas impostas aos gerentes da PRECE, pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), ao apontar irregularidades nas respectivas administrações e pelo cancelamento, via justiça, das eleições na PRECE e CAC, trazendo risco real de uma intervenção, pelos crescentes déficits, dívidas da patrocinadora e escândalos.

Pela CAC, pela imposição da terceirização do grande risco à Sul-América; pelos aumentos abusivos em nossas contribuições; pela grande quantidade de cedaeanos que se viram obrigados a sair da CAC; pela queda da qualidade dos serviços e atendimento e pelo apoio a tudo isso de quem deveria, por dever de ofício, ser contra.

Sangramos, também e principalmente, pela CEDAE, em função das graves e constantes denúncias de irregularidades na atual administração da CEDAE, contidas em pronunciamentos na tribuna da ALERJ; sangramos, com as recentes notícias que cita a CEDAE em lista de clientes de empresas que integram um complexo sistema de financiamentos para a pré-campanha

Fotos: Arquivo



A direção da entidade estranha o comportamento da direção da CEDAE, mesmo porque a ASEAC tem procurado manter uma relação de completa e total transparência e cordialidade com a empresa



de um pré-candidato a presidência da República; sangramos, para evitar a cisão/privatização da CEDAE; sangramos, de modo intenso e doloroso quando a CEDAE, segundo a revista Veja de 03/05/06, afirma que “A Prece, assim como a Cedae, é um feudo político do Deputado Federal...”, ficando assim submetida e/ou subordinada a uma relação informal e grotesca com esse Deputado Federal do Rio de Janeiro, nominado na página 50 da revista; sangramos, quando esses “atualmente poderosos”, acionam seus tentáculos, dentro da CEDAE, para que se posicionem contra as ações das entidades em defesa da CEDAE pública, indivisível e financeiramente equilibrada e sangramos, pelo fato dos trabalhadores da CEDAE estarem possuídos pela perplexidade, pela indignação e pela necessidade e aguardo de uma NOTA PÚBLICA da direção da CEDAE, negando peremptória e incisivamente todas as gravíssimas denúncias que pesam sobre a atual administração, viabilizando ainda, uma intensa, ampla, geral e irrestrita auditoria externa, pois um silêncio ensurdecedor e constrangedor a essa altura dos acontecimentos, seria interpretado não como “quem não deve, não teme”, mas sim como “quem cala consente”.



Foto: Arquivo

Diante do ensurdecedor silêncio praticado pela direção da CEDAE, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Engenheiro Lutero C. Cardoso, ao não responder às solicitações de in-

"A CEDAE, a CAC e a PRECE não vão acabar, não haverá municipalização, cisão e/ou privatização. Os CEDAEANOS não deixam. A ASEAC aposta na união do bem, contra os maus."

formações das providências adotadas sobre as gravíssimas denúncias de irregularidades na atual administração da CEDAE, a ASEAC está publicando NOTA no jornal O Dia, de 26/04/06, informando à população e aos trabalhadores da CEDAE, de suas providências e preocupação com a situação da Empresa, frente às denúncias contidas em pronunciamentos na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. Pois, se parte dessas denúncias forem verdadeiras, estaremos diante de uma situação de intensa gravidade na CEDAE. Por outro lado, se todas forem verdadeiras, deveremos nos preocupar com o futuro de nossa CEDAE, nossa CAC e nossa PRECE.

Nota oficial

Publicada no Jornal o Dia, Rio de Janeiro, 26 de abril de 2006

ASEAC – Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

A ASEAC, preocupada em obter informações e providências sobre as denúncias de irregularidades na atual administração da CEDAE, tornadas públicas e oficiais em 44 pronunciamentos na ALERJ, com 102 páginas, onde são nominados políticos, autoridades e empresários, além de dirigentes e gerentes do quadro e extra-quadro da CEDAE, encaminhou, em 22/03/06, essa coletânea ao Sr. Diretor-Presidente da CEDAE, Eng.º Lutero C. Cardoso, reiterando este pedido em 05/04/06 e em 12/04/06.

Um silêncio ensurdecedor foi a única resposta que obteve.

Diante disso, preocupada, ainda, em obter estas informações e providências não definidas, que indicam a tendência de agravamento da situação, a ASEAC está remetendo cópia destes pronunciamentos aos Ministérios Público Federal e Estadual (MP's), ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), à Procuradoria Geral do Estado (PGE), à Auditoria Geral do Estado (AGE), à Presidência da ALERJ e ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, já que um Deputado Federal do RJ foi citado 121 vezes.

A Diretoria da ASEAC

